

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 15

Data: 07/10/75 Pg.: _____

Remoção de colonos tem reflexos sociais

Do correspondente em
SAO LUIS

A remoção das famílias de colonos que ocupam parte da reserva dos índios guajajaras, no Maranhão, ameaça transformar-se num caso de sérias repercussões sociais, tendo em vista que, enquanto a Funai atribui ao governo do Estado o dever de encontrar um lugar para os três mil colonos a serem removidos, o secretário de Interior e Justiça do Estado, Pires Sabóia, declara que o governo maranhense não tem qualquer responsabilidade pelos deslocamentos forçados dessas populações. E, como se não bastasse, apesar dos esforços da Polícia Federal para resolver o problema pacificamente, algumas famílias em Marajá, município de Amarante, ainda não se retiraram, instigadas por um colono — conhecido por "Raimundão" — a permanecer em suas casas e lutar pela permanência nas terras indígenas.

"O problema dos lavradores que ficaram ao desabrigo, por desocuparem a área indígena do município de Amarante é de responsabilidade do prefeito e do governador", afirma um funcionário da Funai. Mas, segundo o secretário Pires Sabóia, no fim de setembro último o governador Nunes Freire, procurado pela Funai para que indicasse áreas de terras devolutas para transferência da população, respondeu

que não poderia prestar qualquer colaboração: primeiro porque o Estado não possui terras devolutas devidamente discriminadas, nem condições para prestar assistência a essas populações; segundo porque até hoje a Funai não discriminou as áreas consideradas como reservas indígenas, o que não lhe daria direitos para promover deslocamentos em massa de populações.

A Funai, por sua vez, confirma que realmente ainda não foi feita a demarcação da área indígena nos municípios de Amarante e Grajaú, mas diz que o memorial descritivo do juiz federal, divulgado no Diário Oficial da União e nos jornais de São Luís em 1972, estabelece os limites, não justificando o seu desconhecimento por parte de qualquer pessoa. Ao que Pires Sabóia acrescenta que, ainda assim, o governador Nunes Freire teve a cautela de sugerir ao representante da Funai a conveniência de ouvir o Ministério do Interior sobre a maneira mais racional para efetuar esse deslocamento, de modo a não criar problemas sociais.

E, enquanto o governo do Maranhão e a Funai — em nome de uma declarada preocupação de evitar problemas sociais — discutem a quem caberia a responsabilidade pelo destino dos lavradores, estes estão sendo removidos juntamente com suas famílias das terras dos guajajaras, sem terem, no entanto, para onde ir.